Filantropia e arte: trajetórias femininas e memórias silenciadas no abolicionismo amazônico do século XIX

Philanthropy and art: women's trajectories and silenced memories in amazonian abolitionism in the nineteenth century

Aline Brasiliense dos Santos Brito
Universidade Federal do Pará, Brasil
Belém, PA
brasiliense@ufpa.br
https://orcid.org/0000-0002-7555-8725

Vergas Vitória Andrade da Silva
Universidade Federal do Pará, Brasil
Belém, PA
vergas@ufpa.br
https://orcid.org/0000-0002-3730-5938

Recebido em: 25 de março de 2026
Aceito em: 21 de agosto de 2026

Resumo:

Este artigo analisa as trajetórias de mulheres no movimento abolicionista na Amazônia, no final do século XIX, com ênfase na cidade de Belém. Parte-se da compreensão de que a memória histórica das mulheres foi sistematicamente marginalizada nas narrativas oficiais, tornando imprescindível revisitar experiências femininas historicamente invisibilizadas. A partir dessa perspectiva, o artigo focaliza as trajetórias de Augusta de Assis, paraense reconhecida por sua atuação como "protetora" vinculada a redes maçônicas de beneficência, e de Manuela Lucci, artista portuguesa radicada em Belém, integrante de associações e atuante nos circuitos culturais e políticos do período. Ao mobilizar essas duas experiências, busca-se compreender como mulheres, situadas em diferentes posições sociais e campos de atuação, contribuíram para a construção de práticas políticas no contexto amazônico. A metodologia consistiu em coleta e análises de fontes históricas inéditas em cotejo com literatura especializada. Conclui-se que essas trajetórias ampliam a compreensão da participação feminina no abolicionismo e resgatam memórias silenciadas, tensionando narrativas hegemônicas.

Palavras-chave: Trajetórias femininas. Abolição. Amazônia.

Abstract:

This article analyses the trajectories of women in the abolitionist movement in the Amazon in the late nineteenth century, with a focus on the city of Belém. It is based on the understanding that women's historical memory has been systematically marginalized in official narratives, making it essential to revisit historically invisible female experiences. From this perspective, the article focuses on the trajectories of Augusta de Assis, a native of Pará recognized for her role as a "protector" linked to Masonic charitable networks, and Manuela Lucci, a Portuguese artist based in Belém who was active in associations as well as in the cultural and political circuits of the period. By mobilizing these two experiences, the study seeks to understand how women, situated in different social positions and fields of action, contributed to the construction of political practices in the Amazonian context. Methodologically, the research is based on the collection and analysis of unpublished sources in dialogue with specialized literature. It concludes that these trajectories broaden the understanding of women's participation in abolitionism and recover silenced memories, challenging hegemonic narratives.

Keywords: Feminine trajectories. Abolition. Amazon.

O prelúdio da questão

Desde a radicalização liberal de 1868, as ideias abolicionistas, já favorecidas pelo fim do tráfico negreiro, passaram a fazer parte da pauta defendida pela *geração 1870*[1] com maior frequência e compunha parte do repertório que diferenciava o movimento da política monárquica (Alonso, 2002). Assim, a década de 1880 encontrou, conforme destaca Machado (1991), um panorama adequado para a discussão em torno da abolição, sobretudo, nos centros urbanos onde as ideias de progresso derivadas das doutrinas positivistas circularam e apresentaram a mão-de-obra escrava como um entrave à modernização da economia e à implantação da mão de obra assalariada, colocando o país em uma condição de atraso se comparado às modernas nações europeias. Essa visão pode ser conferida em várias falas de intelectuais do período, como o de Justo Chermont que afirma em seu discurso na grande Kermesse da *Loja Harmonia e Fraternidade* na qual foram distribuídas cartas de liberdade aos cativos, que é a escravidão "(...) a causa de que as artes fabris e as aplicações da ciência moderna não venham aperfeiçoar e variar os nossos produtos e abrir novas fontes de produção (...)".

No caso específico do Pará, é importante frisar que o recurso à mão-de-obra livre para a sustentação da economia gomífera (Weinstein, 1993) foi um elemento que relativizou a dependência da província à mão-de-obra escrava se comparado com a produção cafeeira do Sul, 'A rainha borracha não é escravagista, como *El-rei* café', como afirmara Justo Chermont. A fala do republicano, mais tarde governador do Estado, evidencia ainda o fato de que muitos membros da elite, como o próprio Justo Chermont, tiveram experiências com o trabalho assalariado, o que de certa forma os tornava mais receptivos à campanha abolicionista. Em torno desta última, ainda é importante frisar o caráter elitista de seu exercício, como no caso dos *clubs* que em sua maioria não permitiam a participação de pessoas escravizadas em seus núcleos (Neto, 2023), e se opunham às formas 'ilegais' de liberdade, como fugas e formação de mocambos. Nesse contexto, a documentação revela que pessoas escravizadas em Belém se engajavam em múltiplas estratégias de conquista da liberdade. A este respeito, Neto

[1] O movimento que identifica a geração 1870 se passa em um momento de crise das instituições e *modus operandi* do império (Alonso, 2002). O movimento é assim formado por uma massa de insatisfeitos que são excluídos dos processos políticos então vigentes e é majoritariamente composto por intelectuais e artistas.

(2023, p. 196), afirma, "(...) a partir de suas próprias experiências e interesses específicos, que nem sempre coincidiam com os projetos de abolição da escravidão propostos e realizados pelas associações emancipadoras e abolicionistas", estabelecendo sua vida, trabalho e fugas como estratégias próprias que configuravam suas ferramentas particulares de resistência.

Na Europa a discussão em torno dos cativos se manifestava sob diversas formas, sendo o conhecido *meeting* bastante popular. A este exemplo, inúmeros *meetings* abolicionistas pululavam, como o de Madrid contra a aplicação do cepo e grilheta aos cativos de Cuba. No Brasil, são inúmeros os *meetings* organizados em prol da causa, como àquele no Rio na cidade de Campos, do qual temos notícia da dura repressão empreendida; no *Teatro Polytheama*, também no rio, organizado pela *Confederação Abolicionista*, no qual ficamos sabendo, contou com a participação de cinco mil pessoas e a presença de importantes representantes da geração 1870 carioca, como Quintino Bocayuva e José do Patrocinio, além de políticos simpatizantes à causa, como Ruy Barbosa. Em Belém, a campanha abolicionista foi promovida pelo movimento nas mais diversas formas, como bazares, concertos, conferências e *soirées*. Os *clubs* abolicionistas que se multiplicaram na capital paraense, na maioria das vezes eram quem organizavam e intermediavam estas ações realizadas em prol dos cativos, nem sempre sendo a adesão à causa bem recebida, como sugere a negativa de cessão da *Assembleia Paraense* de seu espaço para bazar realizado pela *Associação Philantropica* em prol da libertação de escravos.

Em meio a todo esse contexto de mobilização abolicionista, queremos ainda frisar um elemento de vital importância para este estudo: a entrada de novos sujeitos na cena da vida política, nesse caso, *as mulheres*. De fato, as mulheres encontram na campanha abolicionista uma forma de inserção no debate público por três vias, conforme nos destaca Alonso (2011), que se resumem: a *atividade filantrópica*, composta por atividades de caridades; a *carreira artística*, pelas qual as mulheres não estavam presas aos moldes da família tradicional e, portanto, mais livres para agir socialmente; e finalmente, através de *relações familiares*, "Outra possibilidade foi entrar de braço com marido, pai ou irmão abolicionista, viela frequente, com os abolicionistas carregando para a política as mulheres da família" (Alonso, 2011, p.187). Convém

mencionar, que a grande maioria dessas mulheres eram integrantes da elite[2], considerando que em todos os casos, tanto as atividades filantrópicas, quanto a carreira artística eram elementos restritos a uma pequena parcela da população. Já com relação à entrada via familiar em *clubs* e demais mediadores, embora se note a participação de mulheres dos extratos populares, a grande maioria integrava parte de famílias de uma elite cultural ou econômica.

Deste modo, a inserção feminina no movimento abolicionista deve ser compreendida à luz das desigualdades de classe, raça e gênero que estruturavam a sociedade brasileira oitocentista e cujos desdobramentos ainda se fazem presentes (Gomes, 2023). Ainda que o ideário abolicionista estivesse associado a noções de progresso, civilização e modernidade, tais princípios coexistiam com práticas sociais excludentes que limitavam o acesso das mulheres, sobretudo negras e das camadas populares, aos espaços de participação política. Como argumentam as autoras Sueli Carneiro (2003) e Lélia Gonzalez (2019), as relações sociais no Brasil foram historicamente organizadas a partir da articulação entre racismo e sexismo, produzindo formas específicas de subalternização. Nesse sentido, enquanto mulheres brancas da elite encontravam brechas para atuação pública por meio da filantropia, das artes ou de redes familiares, a maioria das mulheres permanecia à margem dessas possibilidades, evidenciando o caráter seletivo dessa abertura política. Tal contradição revela, como sugere Heleieth Saffioti (2013), que a incorporação das mulheres à vida pública não significou a superação das hierarquias de gênero, mas sua reconfiguração em novos moldes.

A esse respeito, a perspectiva da interseccionalidade, conforme sistematizada por Carla Akotirene (2019), permite compreender que as desigualdades de raça, classe e gênero operavam de forma articulada, produzindo experiências distintas entre as mulheres. Tal enfoque evidencia que suas trajetórias no contexto abolicionista não podem ser apreendidas de maneira homogênea, uma vez que essas hierarquias condicionavam, de forma decisiva, as possibilidades de inserção social e política. Em síntese, o abolicionismo brasileiro revela-se atravessado por tensões entre ideais de modernidade e a persistência de desigualdades estruturais, nas quais a participação

[2] No que concerne ao conceito de elite, consideramos em acepção ampla, em sua abrangência em um nível que pode ser circunscrito não somente a sua natureza econômica, mas cultural, social e política (Heinz, 2006).

feminina, embora relevante, ocorreu de modo profundamente desigual (Alonso, 2014; Ferraro, 2024). Nesse cenário, marcado por desigualdades estruturais e pela participação seletiva das mulheres, observa-se que suas experiências no abolicionismo foram, em grande medida, silenciadas nas narrativas oficiais, evidenciando uma lacuna na historiografia.

Vale destacar que essa lacuna não é fortuita, mas inscreve-se em um processo histórico mais amplo de produção de desigualdades e de constituição da subalternidade na região amazônica. Conforme analisa Violeta Loureiro (2022), a inserção da Amazônia na formação social brasileira ocorreu sob uma lógica de colonialismo interno, marcada pela exploração econômica, pela dependência política e pela inferiorização sistemática de seus sujeitos históricos. Para a autora, "os próprios amazônidas, se sentem inferiorizados em relação aos brasileiros do Centro-Sul, e não por apenas por serem discriminados por eles, mas também, porque dispõem de indicadores econômicos e sociais desvantajosos" (Loureiro, 2022, p. 206). Essa leitura aproxima-se das formulações de Aníbal Quijano (2005) acerca da colonialidade do poder, ao evidenciar como hierarquias raciais, territoriais e epistêmicas foram estruturadas e naturalizadas no processo de constituição do Estado-nação. Nessa direção, a Amazônia é historicamente produzida como periferia, e seus sujeitos, especialmente mulheres, populações negras, indígenas e populares, como subalternos, cujas vozes são frequentemente silenciadas ou deslegitimadas.

Com base nessas considerações, o artigo parte da seguinte questão-problema: como as trajetórias de mulheres no movimento abolicionista amazônico permitem tensionar narrativas hegemônicas e recuperar experiências historicamente invisibilizadas? Para enfrentá-la, tem-se como objetivo analisar as trajetórias de *Augusta de Assis* e *Manuela Lucci,* ambas atuantes em Belém no final do século XIX, buscando compreender de que modo suas experiências, situadas nos campos da filantropia e da arte, contribuíram para a construção de práticas políticas no contexto amazônico. A escolha pelas trajetórias de *Augusta de Assis* e *Manuela Lucci* orienta-se por uma perspectiva analítica centrada na reconstrução de experiências individuais como via de acesso às dinâmicas sociais mais amplas, aproximando-se de uma abordagem micro-histórica das práticas políticas (Ginzburg, 2006). Tal recorte justifica-se, ainda, pela reduzida presença de estudos sobre o movimento abolicionista na Amazônia, especialmente no que se refere à atuação feminina, evidenciando a necessidade de

ampliar o repertório historiográfico e conferir visibilidade a sujeitos e experiências historicamente marginalizados.

Do ponto de vista metodológico, o estudo se insere no campo da pesquisa qualitativa, de natureza histórica e documental, mobilizando uma abordagem interpretativa das fontes. Foram analisados documentos do período, como jornais, registros de associações abolicionistas, relatos de eventos públicos, discursos e referências bibliográficas sobre a campanha abolicionista em Belém, com vistas a identificar vestígios das atuações femininas e suas formas de inserção no movimento. Ademais, o estudo articula a análise documental a um referencial teórico ancorado nos estudos de gênero e na perspectiva da interseccionalidade, conforme sistematizada por Carla Akotirene (2019), bem como nas contribuições de Lélia Gonzalez (2019), Nilma Gomes (2023) e Sueli Carneiro (2003), que permitem compreender a articulação entre racismo e sexismo na formação social brasileira. Dialoga-se, ainda, com Heleieth Saffioti (2013), no que se refere à compreensão das relações de gênero como estruturantes das desigualdades sociais.

Para dar conta dessas questões, o artigo organiza-se em três seções analíticas, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, intitulada *As Filantropas e as Protetoras*, são examinadas as formas de atuação feminina no campo da filantropia, evidenciando como práticas assistenciais e redes de sociabilidade se constituíram como vias de inserção política para mulheres no contexto abolicionista amazônico. Na segunda seção, *As artistas da abolição*, analisa-se a atuação de mulheres no campo artístico, destacando como a arte se configurou como espaço de intervenção pública e engajamento na causa abolicionista. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais argumentos do estudo, enfatizando as contribuições da pesquisa para a problematização das narrativas hegemônicas e para a visibilização das experiências femininas no movimento abolicionista na Amazônia.

As Filantropas e as “Protetoras”: a atuação feminina no abolicionismo amazônico

Em termos nacionais, a participação feminina no movimento abolicionista não se restringiu a iniciativas pontuais ou marginais, configurando-se como um fenômeno mais amplo e socialmente significativo. Como destaca, Alonso (2011, p. 187) destaca a

presença de inúmeras mulheres como participantes ou fundadoras de *clubs* abolicionistas:

> Muitas dessas mulheres tomaram parte ativa em associações masculinas ou criaram suas próprias. Não só na capital, onde se suporia maior tolerância. Pelo menos 26 sociedades abolicionistas femininas se formaram ao longo da campanha, situadas em 10 das 20 províncias do Império; 18 delas exclusivamente de mulheres.

Esse dado evidencia não apenas a capilaridade da atuação feminina, mas também a capacidade dessas mulheres de constituírem redes próprias de sociabilidade e intervenção política, ainda que, em grande medida, circunscritas aos limites sociais impostos por sua condição de gênero e posição de classe. É nesse horizonte que se insere a atuação das chamadas filantropas e protetoras, cujas práticas assistenciais e vínculos institucionais configuraram importantes formas de engajamento feminino na causa abolicionista.

Exemplos dessa atuação podem ser observados em diferentes províncias do Império, como no caso do *Club José do Patrocinio*, no Rio de Janeiro dirigido pela esposa do abolicionista que dá nome ao *club*; *Club do Cupim*, em Pernambuco, e tantos outros que foram catalogados pela autora[3]. Em São Paulo, os jornais belenses nos informam de um *club* abolicionista fundado exclusivamente por mulheres: "Informam-nos que o Club Abolicionista, que algumas distintas senhoras tratam de fundar nesta capital, conta já 53 socias inscritas (...)"[4]. Embora um fenômeno novo no caso brasileiro, a presença feminina na campanha abolicionista já era algo recorrente no movimento em prol dos cativos no caso americano que desde 1830, contou com nomes de destaque como Lucretia Mott, conhecida ativista fundadora da *Sociedade Antiescravagista Feminina da Filadélfia* (Davis, 2016), e as irmãs Grimké[5]. De fato, guardadas as devidas diferenças, o movimento abolicionista, tanto no caso americano como no brasileiro, "(...) oferecia às mulheres de classe média uma oportunidade de provar seu valor de acordo com parâmetros que não estavam ligados a seus papéis como esposas e mães." (Davis, 2016, p. 51), apresentando-as como sujeitos de um 'trabalho

[3] Alonso, 2011, p. 188.
[4] *O Liberal do Pará*, 7 de novembro de 1882, p.2, ed. 246.
[5] Sarah Grimké e Angelina Grimké, nasceram em Carolina do Sul, em Charleston, foram ativistas antiescravagistas e defensoras dos direitos das mulheres, participando da *Sociedade de Amigos da Filadelfia,* uma associação que lutava por reformas sociais com caráter com abolicionista.

concreto' na arena política – no caso americano, é essa experiência política que vai iniciar o movimento pelo direito das mulheres.

No Pará, não temos informação até o presente momento desta pesquisa de um *club* fundado exclusivamente por mulheres, apesar de sabermos do *Club Amazonas*, mas que não era do gênero abolicionista. No entanto, as mulheres participavam ativamente dos *clubs* seja como integrantes, como no caso de cargos internos dessas agremiações[6]; ou colaboradoras, neste caso via ações filantrópicas, e finalmente, por meio da proximidade com parte do círculo dos membros do *club* – essencialmente masculino. O imprescindível a se destacar é que as vias de acesso à campanha abolicionista a que se refere Alonso (2011), a filantropia e relações familiares eram ambas entradas para a atuação nos *clubs* da cidade e na maçonaria, dois importantes *mediadores*[7] na capital, estando muitas das vezes ambos imbricados um ao outro no período de campanha. É, aliás, essa dificuldade em separar tais vias, que nos leva a optar pela sua análise através de uma importante abolicionista do período, que nos desenha essa conjunção. O recurso nos permitirá visualizar de forma sintética esse panorama, além de resgatar a memória de um dos sujeitos invisibilizados desse contexto, fato que nos reitera a importância de se pensar o gênero na constituição das relações sociais e na formação dos circuitos de poder simbólico (Scott, 1995).

Nessa direção, vale inferir que a inserção feminina nesses espaços é atravessada pela noção de poder simbólico, que permite apreender como determinadas práticas e posições sociais são legitimadas e reconhecidas no interior de campos específicos. Para Pierre Bourdieu (2007), o poder simbólico consiste em uma forma de poder invisível, que se exerce por meio do reconhecimento e da adesão dos próprios sujeitos às estruturas que os dominam, operando na produção e na naturalização das hierarquias sociais. Nesse sentido, trata-se de um poder que atua no nível das representações, dos valores e das classificações sociais, conferindo legitimidade a determinadas posições e práticas, ao mesmo tempo em que obscurece as relações de dominação que as sustentam. Aplicada ao contexto abolicionista, essa perspectiva permite compreender como a atuação feminina, especialmente nos campos da filantropia e das redes

[6] A exemplo, Candida Abreo, secretaria da *Sociedade Visconde do Rio Branco* em 1884 (*O Liberal do Pará*, 1884, ed.246). Em 1880, mulheres passam a ser admitidas como sócias do club artístico *Club Honorio Santos e Manuel Evaristo* (*O Liberal do Pará, 1881, ed. 206*), essa orientação também passou a ser adotada por outros *clubs*.

[7] Denominaremos *Mediadores*, os instrumentos parainstitucionais da geração 1870, como os *Clubs* e a maçonaria.

associativas, era socialmente reconhecida e legitimada, ao mesmo tempo em que permanecia condicionada por estruturas simbólicas que delimitavam os contornos de sua participação no espaço público.

Ao atuarem como filantropas ou "protetoras", as mulheres não apenas reproduziam disposições socialmente atribuídas ao feminino, como o cuidado e a beneficência, mas também convertiam tais atributos em formas legítimas de participação no espaço público, ainda que mediadas por estruturas masculinas de poder. Nessa perspectiva, as relações de gênero operam por meio de *habitus* que, conforme analisa Bourdieu (2002), contribuem para a naturalização da dominação masculina. Trata-se de um processo no qual as hierarquias de gênero são internalizadas e reproduzidas de forma aparentemente espontânea, orientando práticas, percepções e expectativas sociais. É nesse contexto que se insere a trajetória de Augusta de Assis, cuja atuação permite apreender, de forma concreta, a articulação entre filantropia, redes de sociabilidade e mediações institucionais no interior da campanha abolicionista em Belém.

Augusta de Assis, foi importante integrante do movimento abolicionista que ganhou destaque no período de campanha. Sobrinha de um dos influentes líderes do partido liberal, Joaquim José de Assis, o 'Dr. Assis', ela logo foi introduzida pelo tio, maçom e fundador da loja *Firmeza e Humanidade*[8] – também influente em várias lojas maçônicas da capital, como bem comprova sua filiação com lojas que não a sua, a exemplo temos a *Harmonia e Fraternidade*[9] –, na campanha abolicionista da comunidade maçônica que dispunha de práticas filantrópicas para esse fim. Desde jovem, a pauta abolicionista fez parte de sua vida, já que sua família foi importante figura representativa do movimento na capital, sendo seus atos de filantropia constantemente noticiados, como é o caso da alforria concedida aos escravizados(as) da 'família Assis' por ocasião do aniversário de Augusta:

> É com prazer que noticiamos mais um ato de filantrópico praticado pela família Assis. Para solenizar o aniversário da exm. Sra. d. Augusta Assis, filha do sr. dr. Joaquim José de Assis, atualmente na Europa, todos os membros de sua família combinaram em libertar os escravos que possuíam

[8] *O Liberal do Pará*, 4 de outubro de 1887, ed. 223.
[9] Arquivo privado da loja maçônica *Harmonia e Fraternidade*.

> em suas fazendas do Marajó, devendo ontem ter sido entregues as respectivas cartas de liberdade.[10]

A partir do excerto, torna-se possível apreender que a inserção da Augusta de Assis no abolicionismo se inscreve na intersecção entre gênero, raça e classe, revelando o caráter estruturado e desigual dessas experiências. Inserida em uma família de elite, com fortes vínculos políticos e maçônicos, sua atuação filantrópica revela como determinadas mulheres acessavam o espaço público por meio de posições socialmente privilegiadas, o que confirma o caráter estruturante das relações de gênero na organização das desigualdades sociais (Saffioti, 2013). Ao mesmo tempo, observa-se que essa experiência não pode ser generalizada, uma vez que o pertencimento de classe e a posição racial condicionavam as possibilidades de atuação feminina. Nesse sentido, enquanto Augusta se projeta como sujeito visível e legitimado no movimento, a própria prática de alforria, apresentada como gesto filantrópico, evidencia as hierarquias raciais e sociais que sustentavam a escravidão, reforçando a articulação histórica entre racismo e sexismo na formação social brasileira (Carneiro, 2003; Gonzalez, 2019). Desse modo, a atuação de Augusta, embora relevante, revela também as contradições de uma participação feminina marcada por privilégios e mediada por estruturas desiguais de poder.

Nesse contexto, a atuação de Augusta de Assis também se estendia ao campo cultural, evidenciando como diferentes formas de engajamento feminino se articulavam na construção de sua visibilidade pública. Integrante da *Sociedade Beneficente Santa Cecília*, *club* dirigido por dois músicos de relevância na vida cultural paraense, Enrico Bernardi[11] e Luigi Sarti[12]. Na solenidade do *club*, que contou com seu diploma oferecido por Domenico de Angelis[13], a execução de Augusta para bandolim é destaque:

> Fantasia sobre a *Traviata* de Verdi, para bandolim. Foi a primícia musical com que a exma. Sra. d. Augusta Assis quis abrilhantar o concerto. Ella

[10] *Diário de Belém*, 3 de agosto de 1884, p.4, ed. 177.
[11] Maestro italiano erradicado em Belém, foi atuante em toda vida cultural do Estado, desempenhando o papel de docente, musicista, compositor, além de diretor do *Instituto Carlos Gomes*, importante conservatório de música de Belém.
[12] Violinista Italiano de grande presença nos circuitos artísticos da cidade. Fez parte do quadro de professores do *Conservatório Carlos Gomes*.
[13] *O Liberal do Pará*, 17 de março de 1887, ed. 61. Pintor italiano contratado pelo governo para a confecção de diversas obras em Belém e Manaus. Nasceu em 1852, e faleceu em 1904. Dentre suas obras estão a tela *Os últimos de Carlos Gomes*, de 1899, encomendada por Antônio Lemos.

> executou-a com habilidade e firmeza, por entre os aplausos dos assistentes. Em meio da peça partiu-se uma corda do instrumento, mas a executante continuou até o final, tocando sempre com apurado gosto e arte[14].

A cena descrita permite compreender a atuação de Augusta de Assis também como produção e acumulação de capital simbólico (Bourdieu, 2007). Ao se apresentar publicamente em um evento de caráter beneficente, executando uma peça do repertório erudito europeu, Augusta não apenas reforçava sua inserção em circuitos culturais legitimados, mas também mobilizava códigos de distinção social associados ao refinamento artístico e à formação cultural das elites (Bourdieu, 2008). Nesse sentido, sua performance não pode ser dissociada das dinâmicas de reconhecimento e prestígio que estruturavam esses espaços, nos quais a visibilidade feminina era mediada por práticas socialmente valorizadas. Ademais, a repercussão positiva na imprensa evidencia como tais manifestações contribuíam para a construção de uma imagem pública legitimada, na qual talento, sensibilidade e disciplina, atributos associados ao feminino, eram convertidos em formas legítimas de presença no espaço público.

A projeção pública de Augusta de Assis, construída também por meio de sua atuação artística, estendia-se a outros espaços de sociabilidade e engajamento, sendo reiteradamente destacada pela imprensa local. O concerto, onde figuram ainda outras pianistas mulheres seria destaque no *Diário de Notícias*[15], conforme se nota na Figura 1 abaixo, onde a participação de Augusta de Assis é sempre colocada em evidência em suas matérias. Junto a seu *club*, a artista diletante atuou ainda na famosa *Kermesse de 1887* da *Loja Harmonia e Fraternidade* em prol da causa dos cativos, sendo nomeada pela loja como uma de suas 'protetoras'[16], uma prática que passou a ser comum na campanha abolicionista e que designava o espaço de atuação das senhoras de elite. Assim, junto à outras mulheres pertencentes aos extratos privilegiados da sociedade, Augusta de Assis ficou encarregada de coordenar parte do pavilhão central da *Loja Harmonia e Fraternidade* durante o evento. A *Kermesse* teve amplo destaque na imprensa junto com seus *clubs* e demais lojas maçônicas colaboradoras, que com os fundos, conforme já explicitado, financiaram a compra de cartas de liberdade aos

[14] *O Liberal do Pará*, 17 de março de 1887, ed. 61.
[15] *Diário de Notícias*, Sd., 1887, ed. 60
[16] *O Liberal do Pará*, 21 de agosto de 1887, ed. 188.

cativos. Sobre a distribuição de cartas, temos notícia da loja *Firmeza e Humanidade*, que após um mês, fez seu evento para distribuição das mesmas[17].

Figura 1 - *Anúncio de concerto de Agusta de Assis* na Sociedade Santa Cecília



Theatro da Paz

GRANDE CONCERTO

Vocal e instrumental, em beneficio da Sociedade Philarmonica Beneficente Sta. CECILIA, que terá lugar na noite de

Domingo, 17 de Abril

NO SALÃO DE HONRA DO

THEATRO DA PAZ

Com o gentil concurso das exmas. sras. e srs. delittantis.

PROGRAMMA

1ª PARTE

1º *Beethoven.*—Alegretto da 2ª simphonia em ré maior para piano, a 4 mãos e orchestra.
D. Cecilia Campos de Gouvêa Freire e D. Adelaide Campos

2º *Verdi.*—Ária Rein da opera *Attila*, para baritono.
Sr. Santos Silva

3º *Ambr.*—Grande caprice de concerto sur la *Traviata*, para piano.
D. Maria Marques da Silva

4º *Rovinazzi.*—Fantasia *Rey Pilar*, para bandolim.
D. Augusta Assis

5º *Tosti.*—Dovero fiore! melodia para baritono.
Sr. Lima Braga.

6º *Mendelssohn.*—Andante com variazioni, para piano a 4 mãos e orchestra.
Meninas Luiza e Thereza R. Ferreira

7º a { *Rossini* La S'eparation, para violino.
b { *Faure* Berceuse, para violino.
Sr. Luigi Sarti

8º *V. Ruiz.*—Frese / Melodia para mezzo soprano.
D. Candida Eirado Martins

2ª PARTE

1º *Mendelssohn.*—Concerto em sol menor para piano e orchestra.
D. Cecilia Campos de Gouvêa Freire

2º *Gomes.*—Mia piccinilla. Canção da opera *Salvator Rosa*, para soprano e orchestra.
D. Maria Pasini

3º *Alard.*—Reminiscencias da opera *Gazza Ladra*, para bandolim.
D. Augusta Assis

4º *Verdi.*—*Ave Maria* da opera OTHELLO, para soprano e orgão.
D. Candida Eirado Martins

5º *C. Ferreira.*—Grande galop de concert para piano
Pelo autor

6º *Wieuxtemps.*—Ballade e Polonaise para violino, com acompanhamento da orchestra.

Fonte: *Diário de Notícias,* Sd, p.4, 1887, ed. 79.

Na ocasião, a presença feminina é destacada como um acontecimento que 'santifica' o momento, um indicativo da associação comum entre as funções maternas e o sentimento de compaixão necessários à atividade filantrópica. Dentre as mais de 600 mulheres presentes na ocasião[18], com destaque àquelas que pertenciam a famílias ilustres como Emília da Costa La-Rocque, Clara França Dias, e Ana Malcher Cunha, Augusta de Assis é exaltada pelo orador como a 'dileta filha' de Joaquim José de Assis, 'fundador e venerável da loja por muitos anos', e por isso, a senhora que deveria entregar a primeira carta de liberdade do evento[19]. Desse modo, a cena revela não apenas a valorização da presença feminina, mas também os critérios seletivos que

[17] *O Liberal do Pará*, 4 de outubro de 1887, ed. 223.
[18] Idem.
[19] Idem.

condicionavam sua visibilidade, ancorados em marcadores de gênero, classe e pertencimento familiar.

A figura da *Protetora*, esteve marcada no imaginário dos círculos sociais no período de campanha, conforme indicam homenagens que lhe foram dirigidas, como a carta de liberdade da escrava Romana, que lhe foi dedicada pela irmã de Gama Malcher, Maria Luiza da Gama Malcher – também envolvida em causas de filantropia[20] – , ou mesmo a dedicatória que lhe faz no jornal a *Loja Harmonia e Fraternidade* pelos trabalhos prestados, "A exma. Sr. d. Augusta Assis (...), que nesta cruzada se pusera de forma a conquistar a gratidão da Provincia do Pará, pelo poderoso auxilio que prestou a *kermesse redemptora*."[21]; além do concerto em homenagem às *Protetoras* promovido pela loja *Firmeza e Humanidade*, com regência do maestro Luigi Sarti, ocasião durante a qual foi-lhe concedido um diploma de louvor[22]. Desse modo, a celebração da figura da "protetora" revela tanto os mecanismos de visibilidade conferidos às mulheres quanto os limites dessa valorização, condicionada por normas de gênero e critérios de distinção social (Bourdieu, 2008).

No início de maio de 1888, antes da expedição da Lei Áurea, Augusta de Assis participa ainda da comitiva da *Liga Redemptora* para entrega de carta de liberdade na ocasião do fim da escravidão do povoado maranhense de São João de Pinheiros. No vapor Marajó, a *Protetora* desembarca junto a outros abolicionistas para o momento solene, onde a população acompanha a movimentação no porto[23]. Outros eventos ainda marcam o ano e sua ligação com a *Liga Redemptora*, recebendo reconhecimento por suas ações na agremiação por seu secretário, Cordeiro de Castro, que na ocasião outorga-lhe a escolha de duas vagas em uma escola para a educação de duas menores libertas:

> **Sincera Prova de Verdadeiro apreço** – O nosso amigo sr. dr. Cordeiro de Castro, pondo a disposição da digna abolicionista a exma. Sra. d. Augusta Assis os dous logares oferecidos pela directora do colégio Santa Luzia, dirigiu-lhe a seguinte carta: <<Tendo consideração os múltiplos e valiosos serviços por v. exc. prestados a causa da redempção e muito particularmente a Liga Redemptora, como sua intrépida

[20] *O Liberal do Pará*, 8 de setembro de 1880, p.2, ed. 200. Irmã de José Candido da Gama Malcher, filho do governador José da Gama Malcher, maestro, professor e compositor com atuação preponderante no movimento republicano paraense.
[21] *O Liberal do Pará*, 25 de outubro de 1887, p. 3, ed. 241.
[22] *A República*, 5 de julho de 1890, p.2, ed. 112.
[23] *O Liberal do Pará*, 1 de maio de 1888, p.2, ed. 99.

> auxiliadora no 4° distrito de Nazareth, venho por este meio e respeitosamente transferir intacto á v. exc., sem ressalva de poderes, o gracioso mandado com que honrou-me a distinta directora do collegio Santa Luiza – Ana Thereza de Abreu – para escolher, d'entre as filhas de mulheres redimidas, duas meninas de 8 a 12 anos de idade que, á expensas dessa caridosa senhora e sob as vistas protetoras de v. exc., possam ahi receber d'ora em diante desvelada e merecida educação. (...)>>[24]

O excerto evidencia a ampliação do alcance da atuação de Augusta de Assis para além dos espaços urbanos e associativos de Belém, inserindo-a em circuitos mais amplos de mobilização abolicionista que articulavam diferentes territórios e práticas de intervenção. Sua participação na comitiva da *Liga Redemptora*, bem como o reconhecimento institucional expresso na delegação da escolha de meninas libertas para acesso à educação, indica não apenas seu prestígio no interior dessas redes, mas também a centralidade de seu papel na mediação entre práticas filantrópicas e projetos de reorganização social no pós-abolição. Nessa perspectiva, observa-se que sua atuação não se limitava à concessão de alforrias, mas se estendia à gestão de destinos e oportunidades de sujeitos libertos, sobretudo no campo educacional, evidenciando o exercício de poder simbólico (Bourdieu, 2007). Ao mesmo tempo, essa posição revela as assimetrias que estruturavam tais práticas, nas quais mulheres da elite assumiam funções de tutela e proteção sobre populações recém-libertas, reproduzindo, ainda que em novos moldes, hierarquias de classe, raça e gênero.

A indicação de Augusta de Assis é bem recebida pela diretora da escola que diz 'conhecer a reputação' da protetora na campanha[25]. Os jornais seguem com a notícia ao longo da semana, anunciando a 'menor Rita'[26], como a liberta escolhida para o ingresso na escola. Ainda em junho de 1888, pós *Lei Áurea*, Augusta de Assis se empenha na participação da festa da *Liga da Imprensa*[27], contribuindo com premiações que seriam distribuídas à competição de remo que incluía um páreo para a modalidade feminina[28]; em dezembro de 1888, é nomeada *Protetor*a da *Loja Maçônica Firmeza e humanidade*[29], para atuar nas causas filantrópicas dessa instituição, especialmente na

[24] *O Liberal do Pará*, 29 de maio de 1888, p.2, ed. 120.
[25] Idem.
[26] *O Liberal do Pará*, 2 de junho de 1888, p. 2, ed. 123.
[27] *A Liga da Imprensa*, foi criada em maio de 1888. Constituiu uma associação que reuniu os representantes da imprensa local em prol da organização dos festejos em comemoração à *Lei Áurea*. Contou com uma edição única de um jornal com o mesmo nome, preservado em sua integridade na *BN digital*.
[28] *O Liberal do Pará*, 15 de junho de 1888, p.1, ed. 131.
[29] *Diário de Notícias*, 15 de dezembro de 1888, p. 3, ed. 282.

demanda do momento que girava em torno dos indigentes que sofriam da varíola. Augusta de Assis, manteve a constância dessas atividades, estando envolvida em vários eventos dessa natureza dos quais temos notícias até abril de 1889[30].

Com uma curta vida, a *Protetora* conhecida nos círculos abolicionistas falece durante o parto em abril de 1893[31], dois anos após seu casamento com o governador do estado Justo Chermont[32]. Seu corpo é translado da França para Belém, já embalsamado, ocasião em que é recebido por um círculo de figuras próximas ao governador como o maestro Gama Malcher, Antônio Lemos[33], família Chermont[34], Gentil Bittencourt[35], dentre outros[36], para finalmente ser sepultado no cemitério Santa Izabel. Assim, a forma como sua morte foi publicamente ritualizada revela não apenas o reconhecimento de sua atuação, mas também os mecanismos seletivos de consagração que privilegiam determinadas trajetórias femininas em detrimento de outras historicamente invisibilizadas.

Outras abolicionistas atuaram no período ou como *Protetoras* das lojas maçônicas da cidade, como o foram Aurora Rios e Maria Augusta de Siqueira Pinto, ambas *Protetoras* da loja *Harmonia e Fraternidade*, junto a Augusta de Assis na *Kermesse* de 1887[37], e Clara França Dias, assim como Ignez Leite Chermont na nomeação de dezembro de 1888 para a *Loja Firmeza e Humanidade*[38]; ou como filantropas, como é o caso de Lydia Augusta da Motta Veiga[39], também próxima das

[30] *O Liberal do Pará*, 11 de abril de 1889, p. 2, ed. 83.
[31] *A República*, 4 de abril de 1893, p.1, ed. 897.
[32] *Diário de Notícias*, 20 de janeiro de 1891, p.2, ed. 15.
[33] Antônio Lemos foi intendente municipal da capital paraense em 1897, cargo que permaneceu até 1911, um período marcado pela tensão conhecida entre *lauristas* e *lemistas*. Inicialmente, colaborou com PRP (*Partido Republicano Paraense*), partido do qual mais tarde se separou. Foi proprietário de um dos mais influentes jornais do Norte, *A Província do Pará*.
[34] Podemos listar, seu marido Justo Leite Chermont (1857-1926), filho do Visconde do Arari e importante liderança política da região paraense (BORGES, 1986). Um dos fundadores do Club Republicano em 1886, importante partido de disseminação dos ideais republicanas que tinha no jornal A República, seu principal porta voz. Foi governador do estado quando da instauração do novo regime em 1889 e esteve no cargo até 1891. Também ocupou os cargos de ministro do exterior, deputado e senador; e Theodosio Chermont, irmão de Justo Chermont, dono de cartório local, engenheiro e funcionário público (*O liberal do Pará*, 1 de outubro de 1885, p.2, ed. 221). Participou de várias associações de destaque local, dentre elas a Assembleia Paraense (*O liberal do Pará*, 22 de setembro de 1880, p.3, ed. 214) e *Associação Lyrica*, importante órgão informal atuante na vida cultural belenense.
[35] Advogado e vice-governador do Pará em 1891. Fez parte da fundação do PRP.
[36] *A República*, 27 de maio de 1893, p.1, ed. 941.
[37] *O Liberal do Pará*, 21 de agosto de 1887, p.2, ed. 188.
[38] *Diário de Belém*, 15 de dezembro de 1888, p.3, ed. 283.
[39] Também consta como uma das poucas mulheres fundadoras do *Banco Popular Paraense*, ao lado da família Bittencourt (*Diário de Notícias*, 10 de maio de 1884, p.3, ed. 107).

lojas maçônicas pela relação do marido com a *Loja Cosmopolita*, a qual era associado[40]. Assim, o breve esboço que aqui apresentamos de Augusta de Assis, pretende nos fornece um panorama, ainda que incipiente, da participação de todas essas mulheres que encontraram no novo cenário uma via de participação política, neste caso, especificamente através da filantropia e da relação parental em algum grau. Ao trazer à tona essas experiências, o estudo tensiona narrativas hegemônicas que, por muito tempo, relegaram as mulheres a posições secundárias ou invisíveis na história do abolicionismo.

As artistas da abolição: trajetórias femininas no contexto amazônico

O fim do século XIX, foi o período em que a participação feminina no cenário artístico passou a figurar de forma mais frequente. A via mais comum de entrada no mundo artístico, foi através da música, mais especificamente, o piano por fazer parte de uma formação intelectual inerente a um certo *status* social que poderia mesmo ser decisivo nas relações matrimoniais, conforme destaca Colares (2022, p. 33), "A formação pianística era um predicado das moças de família e, ao final do século XIX, era considerado um dote feminino importante para os arranjos matrimoniais.". Com a sua crescente importância, o instrumento passou a ser a primeira formação profissional para mulheres oferecida pelo *Instituto Carlos Gomes*, e permitiu que elas exercessem mais tarde o magistério.

Além da formação pianística como recurso social e dirigido à prática docente, com menos frequência podemos observar na cena paraense pianistas que conseguiram seguir em uma carreira profissional, como Idália França e as irmãs Synai, artistas que, no entanto, não conseguiam fazer de sua atuação algo que lhes propiciassem a independência necessária, de que nos fala Alonso (2011), para se engajarem na campanha abolicionista. Em Belém, esse panorama ficou circunscrito à artistas europeias que vinham, ou apresentar espetáculos na capital, como foi o caso da cantora Annina Orlandi, ou se estabelecer na cidade, dispondo muitas das vezes de recursos próprios angariados de seu trabalho artístico, como é o caso da atriz e empresária, Manuela Lucci.

[40] *O Liberal do Pará*, 25 de abril de 1888, p. 2, ed. 94.

Na temporada Lyrica de 1882, a '*prima dona'* Annina Orlandi, vem à capital paraense para apresentação de diversas óperas da companhia sob a regência de Enrico Bernardi, dentre elas, *Salvator Rosa*, *Rigoletto, Forza del Destino* e *Norma*[41]. Na apresentação desta última ópera, a artista dedica todos os bilhetes da plateia à *Associação Emancipadora*, como sua contribuição à causa abolicionista. A ocasião foi amplamente noticiada em vários periódicos nacionais, como o *Mercantil*, jornal carioca[42]. Abaixo, trazemos o registro do jornal paraense, *Diário de Notícias*:

> Fallando da festa artística da distinta cantora Orlandi, não podemos deixar de apresentar-lhe os nossos parabéns pelo seu acto de philantropia, enviando á *Associação Emancipadora* todos os bilhetes da platea inferior do theatro, para o seu beneficio, e cujo produto deve ser aplicado em arrancar do captiveiro uma das victimas da prepotência e do egoísmo dos homens. Actos dessa natureza, já o dissemos uma vez, têm o seu elogio nos sentimentos que o determinam, e podemos assegurar que o nome da ilustre sra. Orlandi jamais se apagará da lembrança do povo paraense[43].

O excerto evidencia como o campo artístico operou como espaço privilegiado de articulação entre cultura, filantropia e engajamento político no contexto abolicionista, conferindo visibilidade e legitimidade a determinadas formas de atuação feminina. Ao destinar a renda de sua apresentação à *Associação Emancipadora*, Annina Orlandi não apenas mobiliza recursos materiais para a causa, mas também converte seu prestígio artístico em capital simbólico, ampliando o alcance público do abolicionismo (Bourdieu, 2007). Nessa direção práticas culturalmente valorizadas tendem a produzir reconhecimento social, o que se observa na repercussão do gesto da cantora, amplamente celebrado pela imprensa. Ao mesmo tempo, a linguagem utilizada no registro, que associa sua ação à filantropia e aos "sentimentos" que a motivam, revela a permanência de códigos de gênero que enquadravam a atuação feminina em termos de sensibilidade e altruísmo. Assim, a participação de Orlandi evidencia tanto as possibilidades de intervenção política mediadas pela arte quanto os limites simbólicos que condicionavam a visibilidade feminina.

[41] *A Constituição*, 27 de julho de 1882, p. 1, ed. 163.
[42] *Mercantil*, 14 de outubro de 1882, p.1, ed. 76.
[43] *A Constituição*, 22 de setembro de 1882, p.2, ed. 208.

A amplitude de sua ação filantrópica evidencia-se no fato de que, para além da Associação Emancipadora, outros *clubs* também foram agraciados com as doações de ingresso, que totalizaram 247, como o *Club Tenreiro Aranha*, *28 de Julho* e *Batista Campos*, recebendo a cantora os agradecimentos desses *clubs* nos jornais[44].

Já a atriz, cantora e empresária, Manuela Lucci apresenta uma relação muito mais consolidada e longínqua com a campanha abolicionista, já que estabeleceu e coordenou o *Teatro* durante várias estações, criando um amplo círculo de influência e relações sociais com os artistas e as pautas políticas do momento. Manuela Lucci, era de origem portuguesa, filha de um músico italiano que se apresentava nas ruas deste país como pianista e nos teatros de ruas (Stark, 2021). Desembarca ainda no Brasil muito jovem com seu pai, por volta de 1837 e apresenta-se como cantora de modinhas populares portuguesas em Recife, sob a coordenação de seu irmão que era empresário do ramo musical, passando em seguida a apresentar-se em outros estados do Brasil, como Rio Grande do Sul, Macapá, Maranhão e Rio de Janeiro, percorrendo ainda os circuitos latinos que compunham a agenda de muitos artistas europeus que se estabeleciam no Brasil, como Argentina, Uruguai e Paraguai (Stark, 2021). Casa-se com Vicente Pontes de Oliveira, por volta de 1860 conforme nos informa Stark (2021), empresário conhecido da capital paraense por sua gerência de temporadas no *Teatro da Paz* e, assim, passa a residir na capital, onde começa a atuar como atriz em determinadas peças que fazem parte do programa da empresa Vicente, como a anunciada na *Figura 2*, *A estátua de Carne*, apresentada em comemoração à independência do Brasil, bem como a chegada do presidente da província em Belém:

[44] *O Liberal do Pará*, 22 de setembro de 1882, p. 3, ed. 208.

Figura 2 - Espetáculo de Manuela Lucci.



Fonte: *O Liberal do Pará,* 6 de setembro de 1878, p. 3, ed. 203.

O episódio evidencia que a trajetória de Manuela Lucci se distingue por uma inserção mais duradoura e estruturada no campo artístico, o que lhe permitiu consolidar uma posição de destaque e influência no interior das redes culturais e políticas do período. Diferentemente de atuações mais episódicas, sua circulação por diversos espaços nacionais e internacionais, bem como sua atuação contínua nos palcos e na gestão teatral, indicam a constituição de um capital social e simbólico significativo, que ampliava sua capacidade de intervenção no debate público. Nessa perspectiva, sua trajetória pode ser compreendida como resultado da acumulação de diferentes formas de capital (cultural, social e simbólico) que lhe conferiam legitimidade e visibilidade no campo artístico (Bourdieu, 1996). Ao mesmo tempo, sua origem estrangeira e sua inserção em circuitos transnacionais revelam a dimensão cosmopolita do cenário cultural amazônico. Assim, a atuação de Manuela Lucci não apenas reforça o papel da arte como mediadora do abolicionismo, mas também tensiona as fronteiras entre cultura e política, ao evidenciar como trajetórias femininas no campo artístico podiam se converter em formas consistentes de participação e influência.

Após a morte do marido em 1882[45], a então atriz passa não somente a atuar, mas funda sua própria companhia dramática, *Empreza Manoela Lucci*, e assume a função de empresária do *Teatro da Paz*, sendo um de seus primeiros trabalhos a contratação de uma companhia de atores em Recife para atuar na temporada de 1883, que é noticiada

[45] *Diário de Belém*, 26 de agosto de 1883, p.3, ed. 192.

pela imprensa com ênfase no trabalho da artista, algo pouco visto no âmbito feminino, já que normalmente a carreira no espaço do empresariado artístico era eminentemente masculina. Nas páginas do *Diário de Notícias* encontramos o destaque aos seus 'merecimentos artísticos' e sua procura por através de 'um trabalho honroso e edificante de sua arte manter a sua viuvez'[46]. Outros periódicos, entretanto, não foram imparciais à direção feminina de Manuela Lucci, como bem demonstra a querela perante a qual ela dirige uma carta aberta a determinados jornais, por insinuarem sua situação clandestina com relação a sua vida conjugal com Vicente Pontes[47]. Apesar dos marasmos, a artista oferece em todo ano de 1883 diversos espetáculos pela sua companhia, dentre os quais, o anunciado na Figura 3:

Figura 3 - Anúncio da *Empreza Manoela Lucci.*


THEATRO DA PAZ

Empreza Manoela Lucci

Direcção artistica

SOARES DE MEDEIROS

Quarta-feira, 3 de Outubro

Festa artistica do actor

Mendes Braga

com o applaudido drama de grande espectaculo e grandes effeitos scenicos em 5 actos e 7 quadros, recommendado ao theatro brazileiro por Emas na Foz-ca, e que nos theatros francezes bem como nos thea-ros da côrte, tem feito um

Sucesso espantoso!

OS ESTRANGULADORES

DE

PARIZ

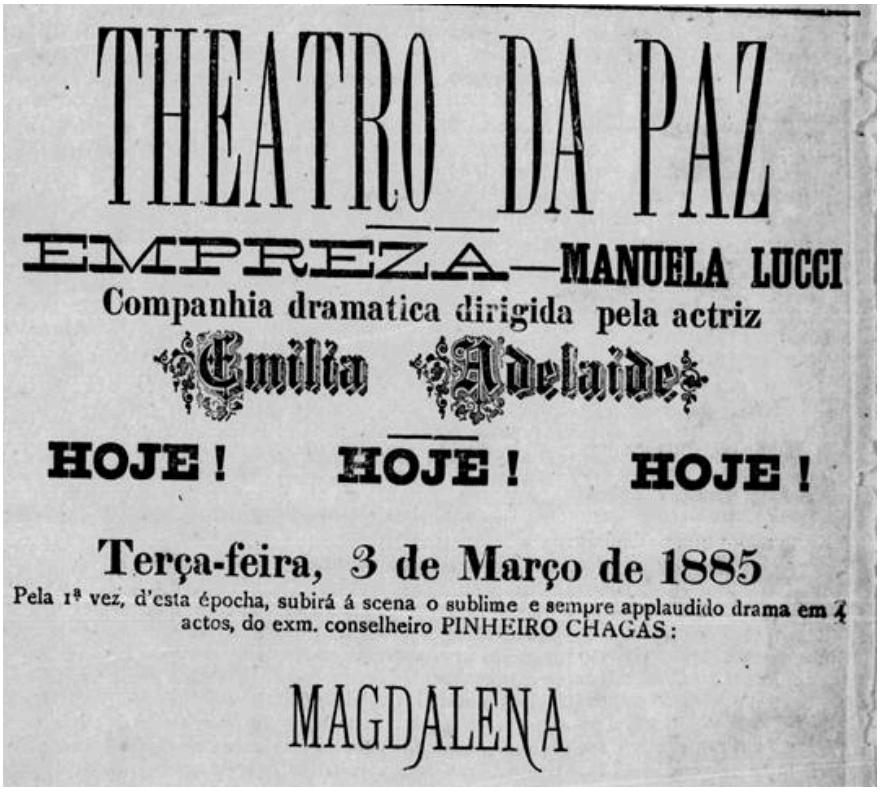
Fonte: *Diário de Belém,* 2 de outubro de 1883, p.1, ed. 312.

A atuação da empresária se estende para o ano de 1884, no qual o governo aprova a concessão do *Teatro da Paz*, para espetáculos líricos e dramáticos oferecidos pela sua companhia durante os meses de março a maio[48]. Em 1885, ainda responsável

[46] *Diário de Belém*, 5 de agosto de 1883, p.3, ed. 176.
[47] *Diário de Belém*, 2 de outubro de 1883, p.3, ed. 312. Empresário português bastante atuante nos circuitos culturais em Belém em fins do século XIX. Esteve à frente da organização em diversos eventos no *Teatro Providência* e *Teatro da Paz*.
[48] *O Liberal do Pará*, 10 de outubro de 1883, p.3, ed. 228.

pela estação teatral do *Teatro da Paz*[49], continua oferecendo uma gama de espetáculos agora com a atriz Emília Adelaide, que já havia pleiteado a alocação do *Teatro da Paz* com Gama Malcher em 1882, em uma associação inédita de duas mulheres na gerência do maior teatro do Norte, ver Figura 4 abaixo. A este respeito, comenta Stark (2021, p.11), "Nesse período eram duas mulheres a cargo do maior teatro do Pará e um dos maiores do país, época em que as atrizes precisavam de homens para receber seus cachês por seu trabalho no teatro ou mal apareciam com seu primeiro nome".

Figura 4 - Anúncio da *Empreza Manuela Lucci e direção da Emília Adelaide.*


THEATRO DA PAZ

EMPREZA—MANUELA LUCCI

Companhia dramatica dirigida pela actriz

Emilia Adelaide

HOJE! HOJE! HOJE!

Terça-feira, 3 de Março de 1885

Pela 1ª vez, d'esta época, subirá á scena o sublime e sempre applaudido drama em 4 actos, do exm. conselheiro PINHEIRO CHAGAS:

MAGDALENA

Fonte: *Diário de Notícias,* 3 de março de 1885, p.4, ed. 49.

Manuela Lucci, estabeleceu um amplo círculo de atuação que envolvia a proximidade à comunidade artística da região, seja organizando eventos que contaram com a presença de músicos relevantes no cenário musical como Enrico Bernardi e

[49] *Diário de Notícias*, 8 de janeiro de 1885, p.2, ed. 5.

Roberto de Barros[50], ou em benefícios organizados em prol de artistas[51], prática comum no período, além de sua relação dinâmica com os *clubs* da cidade, promovendo e fomentando suas práticas, como na sua doação de camarotes para as festas de adesão dos *clubs* patrióticos[52]. Assim, ao mobilizar sua posição no circuito cultural, Manuela Lucci não apenas consolidava sua visibilidade pública, mas também convertia sua inserção artística em uma forma de intervenção política, reafirmando o papel da arte como mediadora privilegiada das práticas abolicionistas.

A empresária se empenhou durante todo seu tempo de atuação na capital paraense na campanha abolicionista através de fundos dirigidos aos *clubs* da cidade por meio de concertos beneficentes, o que culminou em sua nomeação de sócia benemérita em 1884 pela *Sociedade abolicionista 25 de março*, "A sociedade abolicionista <<25 de março>>, fundada n'esta capital conferiu á sra. d. Manuela Lucci, emprezaria do theatro da Paz, o título de socia benemérita. Em homenagem a seus humanitários sentimentos."[53]. As ocasiões que marcam sua atuação na campanha em prol da abolição são diversas, as quais podemos citar como exemplo, o espetáculo 'oferecido a emancipação' de agosto de 1883[54]; uma récita da comédia *O Escravo Fiel*[55], em outubro do mesmo ano a *Comissão Central da Emancipação*, 'em benefício da libertação de escravos'[56] e o espetáculo de outubro de 1884, no qual a atriz efetua a entrega de cartas de liberdade em nome do *Club dos Patriotas*[57], por ocasião da festa de *Adesão do Pará à Independência*, conhecida como as festas do '15 de agosto'.

[50] *Diário de Notícias*, 18 de março de 1885, p.4, ed. 62. Flautista de formação, o músico português veio para Belém bastante jovem e foi aluno de Henrique Gurjão e Enrico Bernardi, estando envolvido com praticamente todos os empreendimentos artísticos do seu tempo, como clubs, orquestras e estabelecimentos de ensino (SALLES, 1980).
[51] Como ao professor e compositor, José de Carvalho (*O Liberal do Pará*, 19 de outubro de 1883, p.3, ed. 236) e o artista Penedo de *O Escravo Fiel* (*Diário de Notícias*, 10 de outubro de 1883, p.2, ed. 230).
[52] Caso dos camarotes oferecidos ao *club Tenreiro Aranha* (*O Liberal do Pará*, 15 de agosto de 1883, p.3, ed. 187). A artista já se empenhava na prática desde sua vinda para Belém, conforme verificamos na sua cessão do chamado 'pavilhão do recreio', de seu marido Vicente Pontes, para as festas patrióticas do *club15 de agosto,* em 1881, o qual tinha por presidente Cordeiro de Castro, conhecido abolicionista atuante em diversos *clubs* da região (*Gazeta de Notícias*, 14 de agosto de 1881, p.1, ed. 160).
[53] *Diário de Belém*, 2 de setembro de 1884, p.2, ed. 201.
[54] *Diário de Notícias*, 29 de agosto de 1883, p.3, ed. 196.
[55] *Diário de Notícias*, 10 de outubro de 1883, p.3, ed. 223.
[56] *Diário de Notícias*, 7 de outubro de 1883, p.2, ed. 228.
[57] *A Constituição*, 14 de agosto de 1884, p.2, ed. 184.

Considerações finais

Contrariando a visão de Needell (1993), que sintetiza a atuação feminina no período em questão como um mero papel de 'objeto de luxo' e poder representativo dos homens, podemos observar que a carreira artística proporcionou às mulheres a participação ativa e mesmo papel crucial na campanha abolicionista, como foi o caso de Manuela Lucci, que em diversas ocasiões era procurada pelos *clubs* da cidade na condição de empresária do *Teatro da Paz* e, portanto, aquela que poderia proporcionar as condições necessárias para sua atuação, por exemplo, a cessão dos espaços para os eventos abolicionistas[58], ou iniciativas de outra natureza, conforme já explicitado. A disposição de recursos próprios adquiridos de suas carreiras era um ponto crucial que as possibilitavam tal postura, é o caso da atriz portuguesa em questão que dispunha de recursos mesmo antes de seu casamento com Vicente Pontes, "Quando me casei, se não tinha fortuna, possuía, entretanto, o suficiente para passar comodamente com meu marido." [59] A realidade, contudo, para a maioria das mulheres artistas de origem paraense era mais limitante.

A participação feminina na política foi assim, conforme apresentado até o momento, mediado por vias bastante específicas e limitadoras, o que indica a importância de se pensar o poder simbólico com relação ao gênero na temporalidade das relações sociais. Os discursos dominantes mediavam e determinavam a forma de atuação dos sujeitos no meio social, como foi possível observar nas formas socialmente aceitas da participação da mulher na campanha abolicionista, como a filantropia, por ser associada a práticas comuns ao 'belo sexo', ligadas ao sentimento de compaixão natural da mulher, e à entrada em *clubs* e lojas maçônicas, via intermediação masculina.

Outro elemento preponderante a se considerar, é que ao lado desses pontos críticos, a questão nos permite visualizar a *práxis* política feminina em fins do século, que se tornou viável graças aos novos ares do movimento da geração 1870, ao mobilizar a pauta em torno do abolicionismo, nas palavras de Alonso (p.186, 2011), "(...) as associações exibem a inclusão política de gênero. Sendo o direito ao voto vedado ao "sexo gentil", sua presença no movimento é por si de monta". Tal panorama pode nos

[58] É o caso da *Sociedade Abolicionista 28 de setembro* que montou uma comissão para pedir a empresária a cessão do teatro para seu evento (*O Liberal do Pará*, 25 de outubro de 1883, p.3, ed. 241).
[59] *Diário de Belém*, 2 de outubro de 1883, p.3, ed. 312.

abrir o horizonte para a indagação a qual se refere o historiador Scott (p. 78, 1992), em seu estudo acerca da *História das mulheres*, afinal "Qual é o efeito sobre as práticas estabelecidas da história de se olhar os acontecimentos e as ações pelo lado de outros sujeitos, as mulheres, por exemplo?", tal pergunta pode nos ajudar a compreender o movimento encetado pelas mulheres neste período, como representando de fato, algo para além de suas limitações, uma primeira forma de representatividade feminina na esfera pública que poderia desvendar novas questões para se pensar politicamente a mulher.

As mulheres, antes reclusas ao ambiente doméstico, agora podem através de seus maridos ou da arte, adentrar em espaços antes proibidos e usar estes espaços a seu favor: as ruas, os *clubs*, a maçonaria, a imprensa. Não é outro o caso, por exemplo de Lydia Augusta, que ao publicar um manifesto à liberdade nas páginas de *O Liberal do Pará* – a imprensa era um espaço eminentemente masculino – por ocasião da Kermesse maçônica comemorando a causa abolicionista, declara sutilmente a falta de acesso político das mulheres já que eram alijadas do mesmo processo de instrução masculina, " (A escravidão) Teria com certeza desaparecido se a educação da mulher fosse completa, para melhor acompanhar o homem na estrada do progresso que é a estrada da liberdade!"[60]. O discurso dominante 'para melhor acompanhar o homem', neste caso, está a serviço de formas sutis de resistência – uma via, de acesso para a arena política que o fim do século inaugurou. Por fim, à guisa de uma reflexão em torno de como seriam os processos políticos onde a mulher foi silenciada, pudessem ter tido participação ativa das mesmas, Lydia Augusta nos diz de forma sutil em seu discurso permeado das ferramentas simbólicas dominantes do período, que a escravidão teria a muito desaparecido se "(...) o coração da mulher, cheio de amor e de caricias, se levantasse aos olhos da humanidade, pedindo ao homem a liberdade do homem!" – se à mulher fosse permitido se 'levantar' como sujeito político: uma questão que pode nos ajudar a pensar, sem anacronismos, criticamente os eventos passados e o tempo presente.

Em síntese, os principais achados deste estudo evidenciam que, ao analisar as trajetórias de Augusta de Assis e Manuela Lucci, torna-se possível apreender, ainda que de forma situada, um reflexo das dinâmicas sociais que estruturavam a sociedade oitocentista amazônica. Longe de constituírem experiências isoladas, suas atuações

[60] *O Liberal do Pará*, 25 de abril de 1888, p. 2, ed. 94.

revelam os modos pelos quais as mulheres acessavam o espaço público por vias específicas, como a filantropia e a arte, mediadas por relações de classe, gênero e prestígio social. Ao mesmo tempo, tais trajetórias permitem tensionar interpretações que reduzem a participação feminina a posições passivas, evidenciando formas concretas de agência e engajamento político, ainda que circunscritas a limites impostos pelas estruturas sociais da época.

No que se refere às contribuições deste artigo, destaca-se a ampliação do campo historiográfico sobre o abolicionismo na Amazônia, especialmente ao conferir centralidade às experiências femininas e às suas múltiplas formas de atuação. Ao articular memória, gênero e interseccionalidade, o estudo contribui para o deslocamento de narrativas hegemônicas, evidenciando que a participação das mulheres foi fundamental para a construção de práticas políticas no período. Ademais, ao lançar luz sobre essas trajetórias, o trabalho permite estabelecer conexões com o tempo presente, evidenciando a permanência de desigualdades estruturais que ainda atravessam a sociedade brasileira. Em um contexto marcado por elevados índices de feminicídio e violência de gênero, compreender os processos históricos de exclusão, subalternização e resistência das mulheres torna-se fundamental para problematizar as continuidades dessas relações e refletir sobre os desafios contemporâneos na construção de uma sociedade mais justa.

Por fim, cabe destacar algumas limitações deste estudo, bem como possibilidades de aprofundamento futuras. A análise concentrou-se em trajetórias específicas, vinculadas majoritariamente a mulheres inseridas em circuitos de elite, o que evidencia a necessidade de ampliar o escopo investigativo para abarcar experiências de mulheres negras, indígenas e das camadas populares, cujas vozes permanecem ainda mais silenciadas na documentação histórica. Além disso, a escassez de fontes sobre o contexto amazônico impõe desafios à reconstituição mais abrangente dessas experiências, indicando a importância de novas pesquisas que explorem arquivos locais, narrativas orais e outras formas de registro. Nesse sentido, abre-se um campo fértil para investigações que aprofundem as relações entre gênero, raça e classe no abolicionismo, bem como suas reverberações no pós-abolição, contribuindo para o fortalecimento de uma historiografia mais plural, crítica e comprometida com a visibilização de sujeitos historicamente marginalizados.

Referências

A Constituição, 14 de agosto de 1884, p.2, ed. 184

A Constituição, 22 de setembro de 1882, p.2, ed. 208.

A Constituição, 27 de julho de 1882, p. 1, ed. 163.

A República, 27 de maio de 1893, p.1, ed. 941.

A República, 4 de abril de 1893, p.1, ed. 897.

A República, 5 de julho de 1890, p.2, ed. 112.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade***.** São Paulo: Pólen, 2019.

ALONSO, Ângela. *Associativismo avant la lettre – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista.* Sociologias*,* Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 166-199. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300007.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: editora Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Ângela. *O abolicionismo como movimento social*. Novos estudos CEBRAP, n. 100, p. 115–127, nov. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/CrVbxyNKtm7vCZWxXgRz6qg/?lang=pt. Acesso: 18 mar 2026.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico***.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. In: Racismos contemporâneos**.** Rio de Janeiro: Takano. 2003.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Diário de Belém, 15 de dezembro de 1888, p.3, ed. 283.

Diário de Belém, 2 de outubro de 1883, p.1, ed. 312.

Diário de Belém, 2 de outubro de 1883, p.3, ed. 312.

Diário de Belém, 2 de outubro de 1883, p.3, ed. 312.

Diário de Belém, 2 de setembro de 1884, p.2, ed. 201.

Diário de Belém, 26 de agosto de 1883, p.3, ed. 192.

Diário de Belém, 3 de agosto de 1884, ed. 177.

Diário de Belém, 5 de agosto de 1883, p.3, ed. 176.

Diário de Notícias, 10 de maio de 1884, p.3, ed. 107.

Diário de Notícias, 10 de outubro de 1883, p.2, ed. 230).

Diário de Notícias, 10 de outubro de 1883, p.3, ed. 223.

Diário de Notícias, 15 de dezembro de 1888, ed. 282.

Diário de Notícias, 18 de março de 1885, p.4, ed. 62.

Diário de Notícias, 20 de janeiro de 1891, ed. 15.

Diário de Notícias, 29 de agosto de 1883, p.3, ed. 196.

Diário de Notícias, 7 de outubro de 1883, p.2, ed. 228.

Diário de Notícias, 8 de janeiro de 1885, p.2, ed. 5.

Diário de Notícias, Sd, p.4, 1887, ed. 79.

Diário de Notícias, Sd., 1887, ed. 60.

FERRARO, Marcelo. *A política do abolicionismo e a violência da escravidão: o movimento abolicionista, a resistência escrava e a abolição da pena de açoites no império do brasil (1885-1886)*. Revista de História (São Paulo), n. 183, p. a03724, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rh/a/nWfDdZBGTXX4SwfGxcWc8Dx/?lang=pt. Acesso: 18 mar 2026.

Gazeta de Notícias, 14 de agosto de 1881, p.1, ed. 160).

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Nilma. Lino. *Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero, e diversidade sexual*. Educação & Sociedade, v. 44, p. e275110, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/kWym5qKLCgwjzBGPCBZYSsM/?format=html&lang=pt. Acesso: 18 mar 2026.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Org. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: colônia do Brasil*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro (1880- 1888)*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. p. 11/12.
Mercantil, 14 de outubro de 1882, p.1, ed. 76*Livro de Matrícula dos obreiros*. Acervo físico da Loja maçônica Harmonia e Fraternidade*, n.9* (Belém-PA).

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: so-ciedade e cultura de elite no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NETO, José Maia Bezerra. *A vida não é só trabalho! Escravidão, resistências e abolicionismos no Brasil (Grão-Pará, século XIX)*. São Paulo: Paco editorial, 2023.

O Liberal do Pará, 1 de maio de 1888, p.2, ed. 99.

O Liberal do Pará, 10 de outubro de 1883, ed. 228.

O Liberal do Pará, 11 de abril de 1889, p. 2, ed. 83.

O Liberal do Pará, 15 de agosto de 1883, ed. 187.

O Liberal do Pará, 15 de junho de 1888, p.1, ed. 131.

O Liberal do Pará, 17 de março de 1887, ed. 61

O Liberal do Pará, 17 de março de 1887, ed. 61.

O Liberal do Pará, 1881, ed. 206.

O Liberal do Pará, 1884, ed.246

O Liberal do Pará, 19 de outubro de 1883, ed. 236.

O Liberal do Pará, 2 de junho de 1888, p. 2, ed. 123.

O Liberal do Pará, 21 de agosto de 1887, ed. 188.

O Liberal do Pará, 21 de agosto de 1887, p.2, ed. 188.

O Liberal do Pará, 22 de setembro de 1882, ed. 208.

O Liberal do Pará, 25 de abril de 1888, ed. 94.

O Liberal do Pará, 25 de abril de 1888, p. 2, ed. 94.

O Liberal do Pará, 25 de outubro de 1883, ed. 241.

O Liberal do Pará, 25 de outubro de 1887, p. 3, ed. 241.

O Liberal do Pará, 29 de maio de 1888, p.2, ed. 120.

O Liberal do Pará, 4 de outubro de 1887, ed. 223.

O Liberal do Pará, 4 de outubro de 1887, ed. 223.

O Liberal do Pará, 6 de setembro de 1878, ed. 203

O Liberal do Pará, 7 de novembro de 1882, ed. 246.

O Liberal do Pará, 8 de setembro de 1880, p.2, ed. 200.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.* 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: Burke, Peter. *A* escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Pg. 63-96.

STARK, Andrea Carvalho. *Sobre um retrato embaçado: a atriz e empresária Manuella Lucci (lisboa - 18? – belém do pará - 1899)*. São Paulo, v. 21 (2021): XI Congresso da ABRACE.Disponívelem:https://www.iar.unicamp.br/publionline/abrace/hosting.iar.unicamp.br/publionline/index.php/abrace/article/view/5321.html. Acesso em: 03/03/2025.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.